

ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS: AMBIENTALISMO EMPRESARIAL E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL

6-Problemática de los espacios agrários

Aguar Soares, Ana Paulina^{1(*)}

1 - Universidade do Estado do Amazonas - UEA | (*) Brazil

Para os fins deste artigo, apresentado em um evento latino-americano de Geografia, foi definido como objeto principal o debate acerca dos conflitos sócio-ambientais e ambientalização dos conflitos em vista da atuação de empresas, mormente madeireiras, que, para atuação na exploração de florestas tropicais primárias da Amazônia, como se trata neste estudo, têm sido levadas a se enquadrar em normas produzidas para que se adéqüem ao chamado desenvolvimento sustentável.

A pesquisa de que trata este estudo é mais ampla e encontra-se em andamento, de modo que o objetivo deste é, especialmente realizar, um esforço reflexivo acerca do sentido que tem a estratégia da certificação florestal para os empreendedores, coetâneos à “modernização ecológica”¹ que requer conciliação entre os ganhos econômicos e competição por mercados nacionais e internacionais, as inovações tecnológicas e as exigências ecológicas.

Procura-se problematizar acerca do quem tem sido definido como conflitos sócio-ambientais e ambientalização de conflitos², pelo fato de que o eixo dos conflitos na Amazônia brasileira que, desde a década de 1960 se agravaram em torno da posse da terra deslocou-se, em grande parte, para o bom manejo de recursos da natureza em territórios nos quais, muitas vezes, a presença das comunidades e povos tradicionais é imemorial.

Ambientalismo empresarial e sustentabilidade no campo dos conflitos ambientais

A atualidade dessa temática se insere num momento em que as convenções internacionais relacionadas ao ambiente se encontram em tempo de revisão³ e em que, apesar das crises financeiras internacionais, a preocupação com aquecimento global permanece como tema do presente e do futuro, contexto em que culpados são buscados, e soluções são apontadas para serem executadas por uns e por outros. E, no Brasil, é tempo em que e o próprio Código Florestal Brasileiro passa por alterações⁴ e políticas

¹ Chama-se correntemente de “modernização ecológica” ao “processo pelo qual as instituições políticas internalizam preocupações ecológicas no propósito de conciliar o crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais, dando-se ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso. A. BLOWERS, “Environmental Policy: Ecological Modernization or the Risk Society”. In *Urban Studies*, vol. 34, n. 5-6, 1997, p. 845. Apud ACCELRAD, 2004b: 20-21.

² J. S. L. Lopes (2004: 26) analisando uma situação de conflito na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) afirma que no decorrer da década de 1980 para 1990 os conflitos deixaram o interior da empresa com o seu viés sindical (referidos ao não cumprimento da legislação trabalhista, das normas de segurança e de saúde dos trabalhadores) e passaram para a cidade, quando a poluição industrial tomou um vulto ameaçador, “a cidade descobre a poluição”. A esse processo trata como “ambientalização” dos conflitos.

³ Em 30 de novembro de 2009, governos do mundo todo irão a Copenhague para a 15ª. Conferência Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15) e grandes mobilizações dos movimentos estão sendo preparadas em todo o mundo para esse momento. Cf. www.climateaction@klimax2009.org

⁴ O Manifesto - *Não ao desmonte do Código Florestal: em defesa do Meio Ambiente e da Soberania e Segurança Alimentar*, assinado por organizações da sociedade civil, ambientalistas, sindicais, confessionais para ser lançado durante o Fórum Social Mundial (FSM), em Belém 27/01 a 1/02/2009, se põe contra projeto de Lei do Senador Flexa Ribeiro que relaxa a legislação atual, abrindo possibilidades para ampliação do desmatamento onde ora é proibido.

públicas para a Amazônia vêm passando por reformas que têm sido consideradas como retrocesso ante aos avanços conquistados ao custo de mobilizações durante décadas mesmo durante o governo militar. Da mesma forma, nos meios acadêmicos proliferam estudos e iniciativas que propugnam pelo valor econômico da floresta em pé para seqüestro de carbono⁵.

De início, vale recorrer a algumas definições ou entendimentos os quais se optou por utilizar no decorrer deste texto. Os conflitos ambientais, segundo Henri Acselrad (2004b: 26), são “*aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis (...) decorrentes do exercício das práticas por outros grupos*”. Essa compreensão é reforçada com apoio em David Harvey⁶, citado pelo autor, no que se refere à afirmação sua de que “todo projeto social seja ao mesmo tempo um projeto ecológico e todo projeto social, um projeto ecológico”. Acselrad (2004a: 8) chama também a atenção aos pesquisadores para a necessidade de se estudar esses conflitos como um desafio e ao mesmo tempo a busca de encontrar “processos mais democráticos de ordenamento do território”.

A inquietação exposta pelo autor decorre do fato de que o ânimo investigativo pelas ciências sociais, e mesmo ambientais, quanto a esse tipo de questão, assim como a divulgação de suas conclusões é, muitas vezes, encarado como um entrave ou pelo menos como um freio às iniciativas de crescimento econômico propostas pelos formuladores das políticas governamentais e executadas pelo empresariado. Ademais, acentua Acselrad (2004b: 28), o mesmo ocorre quando se trata da politização dos conflitos ambientais:

Sob o argumento da necessidade de produzir divisas a qualquer custo, supostos como dados os constrangimentos macroeconômicos, todo esforço de politização dos conflitos ambientais como meio de problematizar as escolhas de desenvolvimento é, com freqüência, apresentado como obstáculo ao cumprimento das metas referentes às contas externas, quando não como barreira ao próprio ânimo desenvolvimentista.

Essas contradições estão postas em vista de que, ao mesmo tempo em que se proferem discursos protecionistas por governantes, principalmente diante da visibilidade dos órgãos da imprensa internacional, são promovidas aberturas normativas e creditícias que podem ter resultado que contradigam os discursos, via inúmeras iniciativas consideradas de cunho desenvolvimentista⁷.

Para a Geografia, busca-se trazer ao debate uma temática que lhe é cara desde os seus primeiros sistematizadores na academia, como Ritter, Ratzel e La Blache e que hoje é retomada

⁵ Estudos realizados pelo Instituto Nacional da Amazônia – INPA, como os do Dr. Niro Higushi é um deles.

⁶ D. Harvey. *Justice, Nature and Geography of Difference*, Oxford: Blackwell Publishers, 1996, p. 182.

⁷ V. dentre outros: O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) inserto no programa internacional Iniciativa de Integração Sul-Americana; e a tentativa atualmente de criação de um órgão específico para a regularização fundiária na Amazônia, com apoio do Banco Mundial. Resistências mesmo que dispersas têm se apresentado, seja na veiculação de notícias e mobilizações em forma digital, manifestações consideradas “desobediência civil” em canteiros de obras, ou com a promoção de debates como o “Políticas públicas e o futuro da Amazônia”, promovido pela Comissão Episcopal da Amazônia, da Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado dia 9/9/2008, transmitido pelas Rede Vida de TV e TV Nazaré (Belém-PA), tendo como sabatinados os ministros de assuntos estratégicos Mangabeira Unger e do Meio Ambiente Carlos Minc, em vista das políticas que vêm sendo implantadas.

nos estudos que se dedicam à temática sócio-ambiental, sob o signo de desenvolvimento sustentável. Na introdução de sua obra *Principes de Géographie Humaine*⁸, onde disserta sobre “o princípio da unidade terrestre e a noção de meio”, discutindo em base aos paradigmas caros de então e tendo Ratzel e sua Antropogeografia como uma de suas referências, defende que a Geografia Humana deveria estudar não apenas os resultados da ação do homem no passado, mas também de encontrar, dentro de um conhecimento mais íntimo das relações do homem com a natureza, o conjunto dos modos de vida, as alterações que a ação humana provoca na paisagem, deter-se sobre as transformações então em curso e aquelas que fossem possíveis prever. (La Blache, 1948:15)

Em pouco mais de dois séculos, tem-se a *natureza* como foco, que de *matéria prima* na chamada revolução industrial, teve também o seu momento de culto e de valorização como *paisagem*, tornou-se *meio-ambiente*, objeto de disputas e novas reconceituações. Essa passagem se dá como resultado de lutas por sua ressignificação: *não é mais apenas depositária de recursos econômicos ou destinada a consumo estético ou terapêutico sob a forma de paisagem, mas é detentora de um novo atributo: a “fragilidade”, a “vulnerabilidade”. Torna-se um espaço culturalmente definido, cuja durabilidade é preciso garantir* (Oliveira: 2004: 104-108).

No Brasil, num exercício de analogia, pode-se dizer que a madeira que foi extraída velozmente desde os primeiros colonizadores, - vis a vis o Pau-brasil ou, na Amazônia, o Pau-rosa-, foi exaurida como matéria prima na Mata Atlântica e substituída por *plantations*. Na Amazônia, durante a exploração da hévea, importava a floresta em pé, mas em meados do Século XX volta a ser matéria prima “disponível” à exploração da madeira com amplo incentivo das políticas nacionais e regionais de desenvolvimento econômico. No entanto, a partir da década de 1980, a floresta passa ao papel de protagonista de lutas pela preservação e objeto de políticas algumas vezes protecionistas outras vezes menos, embora partindo do mesmo centro de poder. O que é comum nesta sucessão é que os povos e as comunidades tradicionais que nela vivem tiveram seus direitos violados e expostos até a expropriação violenta⁹, sob os auspícios tanto das políticas de incentivo ao desmatamento quanto, mais recentemente, daquelas que propugnam pela sua proteção¹⁰.

De certa forma, houve um momento em que os pressupostos de desenvolvimento regional se mantiveram sob o lema de que era preciso explorar os recursos da natureza a qualquer custo, colocando-os como numa vitrine para que fossem objeto da extração capitalista, viabilizando-se esforços de todas as montas, fossem da inteligência tecnocrática, dos créditos a baixo custo, da isenção de impostos, ou da facilitação ao acesso a territórios, sem que comunidades e usos tradicionais fossem minimamente considerados. Essa espécie de vitrine tem origem, segundo Garrido Filha (2007: 4), citando Orlando Valverde (1980)¹¹, com o conhecimento internacional da

⁸ Na conhecida obra editada postumamente, a partir de seus manuscritos, por Emmanuel de Martonne, em 1921.

⁹ Os “empates”, nos quais movimentos de seringueiros se colocavam diante dos tratores que avançavam para derrubar a floresta para a instalação de pastagens por empresas agropecuaristas, exportadoras de carne, no Estado do Acre, foram uma luta simbólica pela preservação da floresta em pé, e resultou no assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988, liderança dessas e de outras ações de resistência é uma das centenas de situações desse tipo.

¹⁰ Situações de resistência têm sido sujeito da ação do Projeto Nova Cartografia Social, com a visibilização das iniciativas desses grupos ante as diversas formas de atentados à que estão submetidos, via a “autocartografização” de suas lutas pela manutenção de suas identidades e territórios e das territorialidades em disputa.

¹¹ A autora cita a obra de Orlando Valverde: **O problema florestal da Amazônia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980, na qual registra que à época denunciou que a publicação desse estudo foi originalmente feita apenas em inglês, e que somente em 1973 a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) traduziu, mas publicou sem os mapas.

potencialidade da floresta via o estudo, realizado sob os auspícios da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), com apoio do órgão das Nações Unidas para a Agricultura (FAO), de 1954 a 1957, que

baseou-se na cobertura de fotografias aéreas de grande altitude, no sistema trimetrogon, numa faixa de aproximadamente 1.700 km, desde o rio Madeira, no estado do Amazonas, até o rio Maracassumé, no Maranhão, com largura de 100 km, mais ou menos paralela ao rio Amazonas. O trabalho resultou na identificação e cartografia das diferentes associações vegetais, na avaliação da cubagem das madeiras comerciais, indicando sua utilização, possibilidades comerciais e transporte. Foram cartografadas mais de 50 espécies comerciais ou potencialmente comerciais. (GARRIDO F. 2007: 4)

Essa vitrine se consolida a partir da metade da década de 1970, com o Projeto Radam (Radar da Amazônia), vinculado ao Departamento Nacional de Produção Mineral, que realizou estudo mais detalhado dos recursos naturais de toda a chamada Amazônia Legal, e publicou 18 volumes com relatórios circunstanciados, além de mapas em escala ao milionésimo. Slogans e propagandas foram veiculadas largamente e, nas próprias políticas de colonização encetadas pelos órgãos federais, o desmatamento era considerado uma benfeitoria sem a qual o “parceleiro”, depois “assentado” perdia o direito sobre o lote a que lhe fora destinado se não o realizasse, num cálculo em torno de 5 ha ao ano para os lotes de módulo mínimo concedido aos chamados agricultores familiares.

As certificações como medidas para conformar um bem-estar sócio-ambiental

As certificações, tais quais os manuais, existem para conformar um padrão de comportamento a fim de que seus seguidores possam obter alguma compensação seja material ou imaterial, ou será considerado um *outsider*, exposto a execração pública ou, então, não inserto no grupo que o decretou. Mas, se é necessário criar normas consensuais para um bom procedimento, significa que se pode tratar de uma adesão consensuada, generosa, despreziosa ou, então, pode tratar-se de uma submissão constrangedora, humilhante, compressiva.

Mas então, por que? por quem? para quem? e para o quê a norma é produzida?

Os “selos verdes” são compensações a que as empresas madeireiras têm acesso desde que cumpram os preceitos de boa conduta no trato com os recursos madeireiros. Este seria um passaporte para o acesso a um mercado exigente, consciente e disposto a pagar mais caro, tal como pela alimentação certificada como orgânica e a biológica. Pagar mais caro porque esse tipo de produção é ainda uma exceção, posto que os mandamentos da educação ambiental e das regras do chamado desenvolvimento sustentável ainda são internalizados, rotineiros, portanto, conseqüentemente, seguidos por muito poucos, em todo o mundo. É uma espécie de lei da oferta e da procura que se impõe, nesse caso, com poucos produtos ofertados e ainda menos consumidores à procura.

No dizer de Acselrad, esses manuais, na busca por *enfrentar as contradições ambientais do desenvolvimento adotam modelos formais de adesão a uma ‘consciência ambiental’ abstrata, desconectada dos conflitos ambientais concretos que desafiam aqueles atores sociais dispostos a democratizar o meio ambiente.*

A assunção das empresas a essas regras de boa postura frente ao ambiente, que tratamos aqui como ambientalismo empresarial¹², além de alterar a qualidade do trato com o ambiente também pretende confluir para realizar uma severa ruptura nas relações de produção historicamente estabelecidas na cadeia produtiva da produção de madeira, desde as formas de corte na floresta, até a produção final do produto a ser entregue ao mercado. As empresas precisam se adequar criando gerências ambientais, como lembra Lopes (2004: 29-30): *Aparece a auto-regulação empresarial e do mercado internacional através dos selos ambientais, das normatizações nas formas de produzir do tipo ISO 9.000, ISO 14.000 – o que repercute nas novas formas legítimas de ser empresário*. Ao mesmo tempo novas linguagens são apropriadas e disseminadas pelas empresas, mas também pelos movimentos sindicais e sociais mobilizados, que já haviam apropriado as linguagens trabalhista, médica, jurídica, agora, têm que aprender e apreender a “linguagem ambiental”. Novas disciplinas, profissões e assessorias vão sendo criadas, e na relação entre as empresas e a sociedade também surgem novas disputas “entre diferentes experts e entre esses e leigos”. (Lopes, idem: 31)

A modernização implica também na assunção pelas empresas de uma nova contabilidade além de novas metodologias de gestão, de “capacitação de pessoal”, e de um tipo de “prestação de contas social” que pretende ser pública impulsionada pelos novos paradigmas. A par disso, também novas metodologias de formação, de organização e de planejamento são assumidas pelos movimentos, influenciadas pelas instituições de cooperação técnica e financeira, algumas delas por bancos de desenvolvimento internacionais, para facilitar a mediação do diálogo entre a chamada sociedade civil e as empresas, ao tempo em que o Estado, agora menos mediador, se coloca na condição de uma espécie de “parceiro”, que eventualmente cobra certa “responsabilidade ambiental”, principalmente quando pressionado pelos movimentos ambientalistas e sociais.

Mas a assunção a esses novos paradigmas¹³ não é tranqüila nem consensual e no interior do campo empresarial passa a haver uma cisão, como identificou Lopes (2006: 32): *O campo empresarial passa a dividir-se entre o pólo da acumulação primitiva e ambiental e o pólo da apropriação crítica, da “responsabilidade ambiental”, e mesmo da produção voltada para a viabilização da produção limpa*. Sob o viés da *ecopolítica* internacional, Philippe Le Preste (2005: 120) menciona acerca das oposições das companhias madeireiras às normas de exploração sustentável nas florestas tropicais, em que pesem as vantagens “praticamente universais” da adoção dessas medidas como vantagens concorrenciais e melhoria da imagem. Ademais dessas, haveriam vantagens para as ONGs, aos consumidores e aos governantes aos quais podem proporcionar “uma reconciliação dos diferentes interesses privados e dos interesses públicos ou a criação de novos instrumentos de gestão pública” (Idem: 123).

No meio da indústria madeireira, nas florestas tropicais brasileiras, na qual os pressupostos da acumulação primitiva são a tônica, pode-se fazer uma aproximação semelhante posto que a maioria das empresas sob o argumento dos custos financeiros

¹² ALMEIDA, A. W. B. (2008: 100-112) discorre amplamente sobre essa temática, entendida como parte de um pragmatismo alicerçado em parcerias com organizações ambientalistas com empresas alhures consideradas antagonistas e nas quais as comunidades tradicionais passam a ser considerados parceiros na conservação dos recursos naturais, num convívio que se pretende harmônico e equilibrado.

¹³ ANDRADE, C. e TARAVELLA, R. em artigo denominado *Le role do secteur privé dans la gouvernance internationale de l'environnement: du “rule taker” à “rule maker”*. In *12th EADI General Conference*, Geneva, 24-28/07/2008 (15p.) consideram o papel do setor privado tem sido marginal, ignorados ou deixados no papel de “rule taker”, isto é têm sido inseridas passivamente na produção das normas ambientais globais, propõem o engajamento crescente dos “atores corporativos” como “rule maker”. No artigo, apresentam fatores e motivações para que isso ocorra.

para a adequação às exigências e os prazos mais dilatados para a obtenção de lucros sob os novos princípios, mantém-se na prática considerada costumeira até o momento de sucumbir ante as pesadas multas a que é submetida.

Esse ambientalismo empresarial, estabelecido entre os interesses do lucro e das pressões do mercado, nos marcos da “modernização ecológica”, projeta um espaço social sobre um espaço físico como estratégia do capital, especialmente no que se refere à certificação de florestas primárias na Amazônia brasileira. No entanto, resulta de um tipo de conflito sócio-ambiental posto que se estabelece ao longo de incisivas denúncias por entidades confessionais e ambientalistas, que provocaram os órgãos governamentais a tomarem providências, que geralmente se circunscreveram a/ou resultaram em multas e interdições.

Em estudo realizado no médio Rio Juruá, no Estado do Amazonas, em 1998, a antropóloga Eliane O’Dwyer assinalou, a constatação da existência de situações análogas às da peonagem pela dívida realizada na extração da borracha, no final do século XIX, no trato entre os intermediários das empresas madeireiras e as famílias extrativistas. Segundo a pesquisadora, famílias inteiras passavam anos a fio devendo para aqueles designados como “patrões”, numa trama complicada entre o fornecimento de alimentos e de material para a extração e os cálculos da cubagem da madeira quando do momento de sua entrega ao final de uma safra anual, na qual invariavelmente não existia saldo, em vista de que os valores resultantes dessa contabilidade diáfana serem sempre inferiores ao valor correspondente ao que o intermediário debitava às famílias quando da realização da tratativa da empreita. Tal situação foi também constatada por Adário (1999), com o registro, inclusive em vídeo, de que nenhuma relação contratual era feita à base de moeda, ao ponto dos trabalhadores, então, desconhecem sequer uma cédula de R\$50,00.

Quanto ao uso da terra, a acumulação primitiva se expressa via empresa itinerante, que se instala conforme a proximidade da densidade de “matéria prima”, o núcleo de extração da madeira. Para isso, envia todos os esforços para transportar as toras de interesse comercial abatidas: constrói os caminhos e efetua o transporte para a empresa beneficiadora ou para o mercado comprador. As toras consideradas sem valor comercial, mas que são destruídas na construção dos caminhos, das clareiras, na queda daquelas de interesse lucrativo e na sua mobilização durante o deslocamento, são abandonadas ao chão. E, ante ao esgotamento de uma dessas verdadeiras jazidas, a empresa segue para novas: a terra por si só não tem importância, mas as árvores de valor para o mercado. Essa prática na extração e no beneficiamento da madeira beneficiada realizada em toda Amazônia, tal como foi no Sul do Brasil, não é muito diferentemente do que Fernando Picoli (2006: 158) constatou em estudo realizado durante quase uma década no Estado do Mato Grosso, segundo o qual: *os madeireiros têm à disposição grandes áreas de terras e recursos naturais florestais com valores baixos, e isso lhes dá o direito de fazer a coleta seletiva de das árvores. Com essas facilidades, é possível obter lucratividade mesmo atuando com máquinas e equipamentos ultrapassados oriundos de outros núcleos madeireiros já desativados.*

A adoção da certificação florestal tenta impor ruptura nesse processo, posto que fundada sobre normas para amenizar a insalubridade e os riscos do trabalho no corte e transporte da madeira, ademais daquelas tantas referidas ao manejo da floresta com equipes para realização de inventário e de coleta, ao transporte da madeira, à forma de corte e direção da queda, dentre outros.

Outra tentativa de correção dos processos, via certificação, deve-se ao compromisso da empresa com o imóvel no qual está situada a floresta objeto do manejo, em que propriedade da terra é um pressuposto para a concessão do certificado. E,

quanto às comunidades existentes no interior da propriedade ou no seu entorno, sejam elas indígenas ou não, dedica um dos seus princípios, por exemplo, o Princípio 4 das normas do *Forest Stewardship Council (FSC)*, o órgão que tem sido o padrão para a normatização na Amazônia brasileira¹⁴.

Na ponta do processo produtivo, também as empresas certificadas são instadas a cumprir adequadamente os procedimentos de higiene, saúde e segurança dos trabalhadores, tal qual para quaisquer outras empresas, posto que costumeiramente nas indústrias de beneficiamento da madeira, de qualquer porte, registravam-se denúncias sindicais de uma gestão plena de irregularidades, tanto trabalhistas quanto de cunho administrativo. Não raro, tais empresas utilizam-se de plantas industriais pouco arejadas, escuras, com grandes equipamentos instalados sem obediência a uma ergonomia e a mobilidade interna, trabalhadores inadequadamente vestidos (havendo empresas em que se trabalhava com a roupa vinda de casa inclusive com sandália do tipo *havaianas*) e submetidos ao calor de secadores e de caldeiras, ao pó e partículas de madeira, ao trato com cola e outras substâncias, e que resultavam em um número elevado de acidentes de trabalho, nem sempre registrado nos órgãos pertinentes. Casos de mutilação de partes das mãos, membros superiores eram rotineiros, alguns inclusive com mortes, conforme apresentado no artigo de Soares (2003 e 2004).

Como já mencionado, as normas passam a surgir não por interesse diretamente do Estado que, mesmo tendo conhecimento desse quadro presente durante décadas, nas florestas de várzea ou de terras firmes da Amazônia brasileira, a despeito das legislações criadas, desde a primeira metade do Século XX¹⁵, como demonstra o estudo feito por Taravella (2008), principalmente no texto que denomina *A gestão dos recursos florestais como um “problema nacional”*¹⁶. Fica claro que a exploração de madeira e seu beneficiamento permaneceu a descoberto à revelia de uma longa história de legislações destinadas ao uso regular das florestas brasileiras.

Um estudo que faz o retrospecto da certificação de madeiras na Amazônia brasileira foi feito pelo sociólogo Marcelo Carneiro (2004), no qual procura mostrar o diferencial que a adoção desse instituto pode vir a conduzir a exploração considerada tradicional a ser sobrepujada pela considerada sustentável.

O que há de novo no ambientalismo empresarial brasileiro?

A partir de um seminário que se denominou *Conexões sustentáveis: São Paulo-Amazônia*¹⁷, realizado nos dias 14 e 15 de outubro de 2007, em São Paulo,

¹⁴ Criado em 1993, por iniciativa, dentre outros do WWF, possui uma secretaria executiva em Brasília e página na internet: <http://www.fsc.org.br>.

¹⁵ Os Códigos de Águas e Minas e de Caça e Pesca, instituídos em 1934, mesmo ano em que a Constituição Federal instituiu o instrumento do “monumento natural” (p. 43). Anos depois, cria os 3 primeiros Parques Nacionais Itatiaia, Iguaçu e Serra dos Órgãos, quando o Estado tenta normatizar a conduta da modernização capitalista que se expande.

¹⁶ Além de ressaltar o papel de Alberto Torres¹⁶, e do seu legado, como a criação da Associação Alberto Torres e Amigos das Árvores e sua influência na criação do Código Florestal em 1934, pelo Decreto nº23.793 de 23.01.1934, em pelo Governo Getúlio Vargas, o autor discorre sobre os órgãos destinados a este fim, desde o *Serviço Florestal Brasileiro, criado em 1921 como “seção especial” do Ministério da Agricultura e do Comércio com atribuição oficial de conservar, reconstituir, formar e tirar proveito das florestas presentes sobre o território nacional*. TARAVELLA (2008: 43-44).

¹⁷ Constam como signatários: Amigos da Terra- Amazônia Brasileira, Associação Brasileira dos escritórios de Arquitetura- ASBEA, Eco Negócios Sustentáveis, Ecolog Indústria e Comércio Ltda., Empresa Espaço da Madeira, FSC – Internacional, FSC- Brasil, Fundação Orsa, Grupo Pão de Açúcar, IFC, IMAFLORA, Imazon, Instituto Akatu, Instituto Carvão Cidadão, Instituto de Conservação Ambiental – TNC, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Instituto Peabiru, Instituto São

representantes de “cadeias produtivas de madeira, soja e pecuária bovina” assinaram pactos de comercialização de produtos da Amazônia destinados à cidade de São Paulo, “que garantam o cumprimento de direitos sociais e a preservação dos recursos naturais”, como iniciativa do *Movimento Nossa São Paulo* e do *Fórum Amazônia Sustentável*.

O Fórum Amazônia Sustentável (F.A.S.) foi criado formalmente em novembro de 2007, em Belém-PA, onde está situada sua secretaria executiva sendo composto por “organizações da sociedade civil, movimentos sociais, instituições acadêmicas e de pesquisa e empresas privadas e públicas”. Na sua *Carta de Compromisso* afirma que “... baseia-se no diálogo entre diferentes, com a perspectiva de que a construção da sustentabilidade requer a cooperação e o equacionamento dos conflitos, no âmbito de uma agenda propositiva”. E ainda que “Um pressuposto deste Fórum é que o desenvolvimento da Amazônia depende do ordenamento territorial que garanta os direitos coletivos de seus povos indígenas, comunidades quilombolas, populações tradicionais e ribeirinhas; e que cada grupo social nele se reconheça. (...)”

Especialmente no que se refere à madeira foi assinado o “Pacto empresarial pelo financiamento, produção, uso, comercialização e consumo de madeira e produtos florestais certificados e pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia e da cidade de São Paulo”, chamado *Pacto da Madeira*, que obteve 28 adesões, com prazo de vigência de um ano a partir da data da assinatura, podendo ser revalidado. Esse pacto foi fundamentado na Carta da Terra e no Capítulo 8 da Agenda 21 e nos argumentos de que a cidade de São Paulo é a maior compradora dos produtos da Amazônia e a oportunidade de alterar os padrões predatórios de consumo, a importância das atividades florestais e não florestais sustentáveis da Amazônia e a sua conservação, a oportunidade de se restaurar passivos ambientais na Amazônia e, finalmente, “a necessidade de apoiar e ampliar o manejo florestal na Amazônia, com a observância da Constituição Federal, Constituição dos Estados da Amazônia, e a utilização dos instrumentos previstos na Lei Federal de Gestão de Florestas Públicas (Lei Federal nº 11.284, de 2006), especialmente as concessões florestais e o manejo florestal comunitário”. A cláusula segunda trata dos “Dos compromissos das entidades empresariais e das empresas privadas e públicas que fornecem ou que atuam na cidade de São Paulo”, e estão abaixo transcritos:

- 1) Financiar e/ou adquirir produtos de origem florestal provenientes de fontes certificadas.
 1. a) Aumentar gradativamente as compras e/ou financiamentos de produtos florestais certificados de acordo com a disponibilidade de mercado, com o objetivo de dar início imediato à utilização de produtos certificados
 1. b) Na ausência de produtos ou produtores certificados, financiar e/ou adquirir produtos florestais de fontes participantes de programas de verificação de implementação modular que tem como objetivo atingir a certificação florestal de sua área a médio prazo
- 2) Mobilizar e articular novas adesões sejam entre as empresas associadas às entidades signatárias, sejam entre as empresas nas cadeias de valor das signatárias.

3) Realizar campanha de comunicação e/ou divulgar junto aos consumidores, fornecedores e clientes, esclarecendo e conscientizando sobre os compromissos assumidos, assim como divulgar permanentemente a relação de todos os signatários deste pacto.

Em Manaus, capital do Estado do Amazonas, o F.A.S. foi instalado em julho de 2008, com o lançamento da página www.forumamazoniasustentavel.org.br em evento organizado pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e fundação AVINA, com a participação da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) e do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas, com a participação do Governo do Estado do Amazonas. No evento, a empresa Mil Madeireiras (Itacoatiara-AM), a primeira madeireira certificada para a exploração e beneficiamento de madeira oriunda de florestas primárias na Amazônia, apresentou proposta de trabalho de regularização fundiária em município onde é proprietária de terras de manejo, realizada em conjunto com órgãos do governo estadual. E em 25 e 26 de novembro do mesmo ano, também em Manaus, foi realizada a II Plenária do F.A.S. com o objetivo de fazer um balanço do primeiro ano de sua existência. Acerca desse evento, Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental (ISA) e membro da Comissão Executiva do Fórum, afirmou que

A discussão entre empresas e organizações da sociedade civil é fundamental para cada setor entender a atuação e logística do outro. Isso facilita a compressão das empresas dos valores em defesa do meio ambiente e da resistência da comunidade a certas ações. Não basta cumprir a legislação. Para termos uma Amazônia sustentável, as empresas precisam entender a lógica das comunidades. (F.A.S. Ed. IV)

Durante a II Plenária foi destacada a “importância de medidas de contenção do crédito destinado a atividades irregulares na Amazônia”. Um tema que dominou os debates foi a necessidade do Fórum apresentar “propostas e políticas para a região e participar de Conferências Internacionais como a COP 15, em Copenhague, em novembro de 2009. (F.A.S. Ed. VI, 2008:2)

O Fórum conta com uma presença bastante acentuada de representantes de organizações não governamentais, tanto na sua Comissão Executiva como nas presenças registradas na II Plenária, e se esforça para conquistar um número significativo do que internacionalmente tem sido chamado de empresas verdes¹⁸. Saudado por muitos, a chamada empresa verde é objeto de estudos como o de Élisabeth Laville¹⁹, que no livro *La entreprise verte. Le développement durable change l'entreprise pour changer le monde*, no qual apresenta o papel que essas empresas passaram a ter na França a partir, principalmente da adoção da “estratégia nacional de desenvolvimento sustentável”, que

¹⁸ No Brasil algumas das empresas que buscam essa classificação investem em publicar propagandas em revistas de circulação nacional com conteúdos neste sentido. Alguns exemplos: 1- Uma pergunta: “Você conhece os selos verdes?” que remete para a página www.planetasustentavel.com.br, é patrocinado pela Editora Abril, Banco Real, CPFL, SABESP e Petrobras; 2 - A transnacional *Panasonic* publica “eco ideas”, com uma página inteira, ilustrada e apontando diversas fases do processo produtivo em atividades fins e meio, na qual afirma que “tem o compromisso de assegurar que tanto as pessoas como a Terra poderão sorrir no futuro”. Baseando nas “três eco ideas”, nosso compromisso segue a direção de vivermos em harmonia com o meio ambiente global”, reduzindo o “CO₂ de todas as suas atividades e negócios”. 3 - A empresa, Garoto na caixa de bombons sortidos, caixa de peso líquido. 400g : “Defender o planeta é uma questão de atitude e, também, de boas escolhas. Ter parceiros com a certificação FSC é motivo de orgulho para nós. Observar os padrões de sustentabilidade, escolher parceiros responsáveis e cuidar das futuras gerações: esta é a escolha da Garoto.”

¹⁹ Élisabeth Laville criou, em 2004, as Editions *Village Mondial para Graines de Changement*, “une agence d'information positive sur le développement durable”, 2004: www.grainesdechangement.com

conseguiu a adesão de um número substancial de empresas francesas. (Laville, 2007: 1-2). Para a autora, o seu engajamento é acima de tudo “uma conquista cotidiana, um caminho de progresso com o testemunho de suas práticas e seus fracassos”. No que se refere “ao fim da destruição da floresta, dá o exemplo do FSC (Laville: idem, p. 71), destaca o papel das grandes organizações não governamentais e destaca empresas que se engajaram desde 2001 como o grupo *Belge Decospan* que juntamente com outras 700 empresas que correspondem a 7% do consumo mundial de madeira, que se comprometeram a adotar compras oriundas da certificação de FSC. Da mesma forma menciona o *Carrefour* como o segundo grupo mundial de distribuição que também se engajou e, em 2002, 12% das suas aquisições tiveram origem nessa certificação. (Laville, 2007: p.254).

Pode-se, portanto, considerar que o Fórum Amazônia Sustentável se insere nesse tipo de pragmatismo ambientalista, que busca a conquista de “empresas verdes”²⁰ e, por ser ainda uma tentativa muito recente de conciliação bastante ampla entre movimentos, grandes organizações não governamentais, e grandes empresas, - algumas delas com um currículo presente nos anais de denúncias de conflitos de menos de uma década, como assinala Almeida (2008: 108) -, merece o acompanhamento de seus desdobramentos.

Marie-Claude Smouts, em denso estudo sobre as florestas tropicais e a chamada *ecopolítica* mundial analisa o papel da *Organization Internationale des Bois Tropicaux (OIBT)*, organização criada no Japão em 1986, que nos seus primeiros anos tendia a “atenuar a má reputação da indústria de madeiras tropicais no mundo”, ao ponto de ter aprovado em 1990, em Bali, uma decisão de que “todas as madeiras tropicais comercializadas pelos países signatários no mercado mundial deveriam ser provenientes de florestas geridas com vistas ao desenvolvimento sustentável a partir do ano 2000 (...) chamado de *Objetivo 2000*”. Nesse grupo dividido entre membros produtores e membros consumidores, o Brasil é o líder do grupo de países produtores. Esse organismo recebeu o apoio das ONG como um fórum no qual poderiam prosperar as atitudes sustentáveis, mas mantinha-se com dificuldades de acordos entre os critérios de certificação que contentassem as propostas das ONGs. (Smouts, 2001: p.220-227)

Os discursos de sustentabilidade e as empresas, uma breve revisão bibliográfica em construção

Em uma breve revisão da literatura sobre o tema do desenvolvimento sustentável praticado pelas empresas, encontram-se definições e argumentos pragmáticos quanto às possibilidades de adoção de práticas sustentáveis pelas empresas; argumentos críticos ao que denominam capitalismo ecológico, capitalismo verde; e ainda os que consideram todo esse discurso como um eufemismo que se expande em nome dos direitos humanos, mas que é impossível de se realizar no interior do capitalismo, como os auto designados ecossocialistas, dos quais Michel Lowi é uma de suas lideranças.²¹

Milton Santos, em “O retorno do território” (2004: 15) afirmava que *hoje, a natureza é histórica... inclusive o chamado ‘meio ambiente’. Seu valor ‘local’ é relativo, ou, em todo caso, relativizado, tratar-se-ia de uma transnacionalização do território*, que nos permite entender que no campo do ambientalismo esse entendimento se aplica de maneira exemplar.

²⁰ A revista *Montly Review* dedica estudos sobre o que chama de “ecologia capitalista” e “capitalismo verde” (Vol. 60, no. 6, novembro 2008, New York, EUA).

²¹ V., por exemplo, o documento *Contribuições para a Construção da Tese Ecosocialista*, apresentada no III Fórum Social Mundial, em 2003. In www.ecoagencia.com.br

Em Geografia, não são muitas as obras publicadas dedicadas a análises do chamado “desenvolvimento sustentável”. E. Elamé (2002:29) propõe que se repense esse conceito e critica a falta de contribuição da disciplina para a isso. P. Arnould e L. Simon (2007: 75-94) dedicam um capítulo aos desafios ecológicos e sociais do desflorestamento, mencionam a certificação das florestas, e dedicam a obra a *mostrar como a geografia pode abordar as questões relacionadas ao ambiente, integrando o ecológico e o social, confrontando em diferentes escalas, integrando as heranças históricas e culturais de territórios diversificados*. (idem: 9). Martine Droulers dedicou uma obra “*L’Amazonie e le développement durable*” e, em seminário intitulado “Desenvolvimento Sustentável, novas abordagens – sua relação com os territórios”, realizado em setembro de 2008, em Manaus-AM, com base em um enfoque sistêmico, apresentou sua argumentação acerca da temática a partir do tripé das figuras que representam as dimensões “econômica”, “ecológica” e “social”, relacionando-as ao “uso do território”, “escala” e a “corrida entre homem e recursos naturais, que chama de “dualidade antro-po-ecológica”. Aponta para uma “dificuldade em “definir e explicar o desenvolvimento sustentável” e que a sua realização impescinde de um processo de negociação. Fez uma combinação das três dimensões às quais qualifica por níveis de sustentabilidade: “forte”, quando o privilégio é dado ao “ambiente”, ao centro ficando o “social” e em menor grau o “econômico; “denomina de “sustentabilidade fraca” quando o privilégio é dado ao “econômico”, enquanto no centro fica o “social” e a menor importância é dada ao “ambiente”. Considera que um esforço social englobante foi experimentado pelo Brasil, com uma abordagem sócio-ambiental provocada pela chamada “aliança dos povos da floresta” ocorrida no final da década de 1980, quando o “social” foi privilegiado, o “ambiental” esteve no centro e o “econômico” recebeu menor ênfase. Enfim, para o que interessa neste estudo, a partir do que denominou “representação empresarial de sustentabilidade”, a partir do Triângulo dos “3P” apresentado pela empresa Shell²², quais sejam um P de “Profit” que no idioma francês significa “lucro” - referido à “economia”; outro P de “pessoas” para “equidade social”; e o outro de P de “planeta” para “meio ambiente”. A este, M. Droulers acrescentou outro P, por uma seta que atravessa o triângulo que chamou de “P” de “progresso”. Finalizou, afirmando que “equilíbrio dinâmico é difícil de ser alcançado porque a busca exclusiva de um objetivo se faz em detrimento dos outros dois”, em vista de que o P de lucro, no caso dessa representação gráfica dos “3 P” está colocado no topo do triângulo, como a dimensão mais importante.

Y. Veyret (2005: 28-38) dedica uma parte de seu artigo ao desenvolvimento sustentável nos países “ricos”, “em desenvolvimento” e também chama a atenção para a importância de estudar essa temática no seio da geografia.

Ademais da geografia, críticas são feitas por outros estudiosos. M. Redclife (2006: 56) considera que no *gerenciamento de florestas tropicais, podemos identificar discursos e alianças muito contrastantes* e que os discursos que os sustentam devem ser desvendados. Preocupa-se com o discurso dos acordos ambientais, com a chamada governança ambiental global e a sua pouca ou nenhuma preocupação com o território por ser cada vez mais “extraterritorial”. E, quanto ao discurso de equidade, questiona: *O que constitui um nível “justo” de emissão de carbono? Deveriam os cortes nos níveis de emissão ser iguais, em todos os lugares do planeta? Deveriam eles estar ligados a variáveis do desenvolvimento econômico?*

Subhabrata Banerjee (2006: 93), no artigo *Quem sustenta o desenvolvimento de quem?* critica a própria definição de desenvolvimento sustentável, como uma forma de colonialismo que encobre os danos causados por uns ressaltando os de outros como no caso das indústrias de

²² Laville (op. cit. 18).

produção de agroquímicos, nas quais os consumidores é quem são destacados como os predadores. Mais ainda, faz uma afirmação que muito está presente no noticiário brasileiro quando se tenta encobrir os reais motivos e as autorias do desmatamento na Amazônia: *“Camponeses que cortam e queimam são acusados de destruição das florestas, enquanto grandes madeireiras, que têm um incomparavelmente maior impacto, recebem subsídios por adotarem práticas de sustentabilidade”*. E complementa: *Os incentivos “verdes” são dados a corporações e medidas políticas adotadas para avaliar e minimizar os impactos das madeireiras. Não há indicadores que possam medir o impacto da devastação sobre as comunidades locais.*

A respeito do “seqüestro de carbono”, considera um reducionismo valorizar as florestas apenas pela sua “capacidade de seqüestro de carbono”. Segundo Banerjee (idem: 94) trata-se de uma *“visão monocultural do florestamento científico”* uma vez que *“não são apenas ‘sugadores de carbono’, ou fontes de madeira para as comunidades locais: elas são sua fonte de alimento, de agricultura, de remédios, em resumo de seu sustento integral.*

Banerjee (112-114) destaca a existência nos últimos anos da proliferação de artigos tratando do discurso que chama de “esverdeamento empresarial”. Enfatiza que considera importante o papel das empresas “no caminho da sustentabilidade”, mas questiona o quanto as práticas têm sido compatíveis com a noção de sustentabilidade, e complementa perguntando se elas não seriam *“meros exercícios de ‘limpeza verde’, planejado para assegurar as empresas de que manterão uma boa imagem pública?”*

O artigo de Banerjee é bastante enfático em provocar reflexões na contramão dos discursos oficiais e pragmáticos aos quais temos mais fácil acesso. E de modo contundente acentua as contradições de se produzir uma sustentabilidade que parece idealizada no interior do afã capitalista pelo lucro imediato. Na sua conclusão afirma que

O DS é para ser gerenciado da mesma maneira pela qual foi gerenciado o desenvolvimento: através das noções etnocêntricas e capitalistas de eficiência gerencial, que simplesmente reproduz as articulações anteriores do capitalismo descentralizado, agora denominado de “capitalismo sustentável”. Os critérios macroeconômicos do DS têm se tornado empresariais: algo é sustentável se for rentável, é sustentável se puder ser comercializado no mercado. (Banerjee, idem, p. 119-120)

De fato, desenvolvimento desigual combinado, desenvolvimento-subdesenvolvimento, desenvolvimento de comunidade, desenvolvimento dependente, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, desenvolvimento sócio-econômico, desenvolvimento integrado, desenvolvimento integral, desenvolvimento sócio-espacial, desenvolvimento territorial, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento territorial sustentável, e outras teorias de desenvolvimentos vão sendo construídos conjuntamente, com conteúdos políticos, ideológicos do seu tempo. A academia produz epistemologia, significa, ressignifica, reflete, debate, e muitas vezes prossegue como se a tentar provar que a possibilidade de equilíbrio entre interesses contrários. Os Estados instalaram instituições, formaram técnicos, financiaram pesquisas, realizaram seminários, construíram políticas, destinaram recursos para fomentar alguns desses discursos de “desenvolvimento”. Agora, estamos no momento da produção do conhecimento sobre a sustentabilidade, com “desenvolvimento” ou sem.

Referências

ACSELRAD, Henri (Org.) Conflitos Ambientais – atualidade do objeto. In ACSELRAD, HENRI (ORG.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004 a. [p.7-11]

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In ACSELRAD, HENRI (ORG.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004b. [p. 13-35]

ADÁRIO, Paulo & d'ÁVILA, Nilo. **À margem da Lei. Relatório sobre o consumo de madeira por empresas de compensados e laminados do Amazonas e sua relação com fornecedores de matéria-prima**. Greenpeace, 1999.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Biologismos, geografismos e dualismos: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual. In **Antropologia dos Arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 / FUA, 2008, p. 15-126

ARNOULD, Paul; SIMON, Laurent. *Géographie de l'envernement*. Paris: Belin, 2007.

BANERJEE. Subhabrata Bobby. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In FERNANDES, M.; GUERRA, L (ORGS) **Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável**. 2. Ed. Belém, PA: UNAMAZ, UFPA-NAEA, 2006.

CARNEIRO. Marcelo D. S. **“O dinheiro é verde”?: a construção social do mercado de madeiras certificadas na Amazônia brasileira**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGSA-IFCS/UFRJ, 2004.

Conexões Sustentáveis: “São Paulo – Amazônia - Termo de compromisso aos candidatos (as) à Prefeitura do Município de São Paulo”. In <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/organizacoes>

DROULERS, Martine. *L'Amazonie vers le developpement durable*. Paris: Armand Colin, 2004.

Empresas e organizações firmam compromisso por comércio legal de produtos da Amazônia, In <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/node/1942>, acessado em 16/10/2008, às 22h33

<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/pactomadeira>

Fórum Amazônia Sustentável será lançado em Manaus, acessado em 25/11/08 In http://www.imazon.org.br/novo2008/publicacoes_ler.php?idpub=680

Fórum Amazônia Sustentável. II Plenária: o desafio de discutir e criar modelos sustentáveis para a Amazônia. Fórum Amazônia Sustentável - Ed. IV.pdf, In **Brasil, 24/10/2008, IV Ed.** 3p. Disponível em <http://www.forumamazoniasustentavel.org.br>

Fórum Amazônia Sustentável. Comissão Executiva avalia a II Plenária. Brasil, 5/12/2008, Ed. VI. PDF 5p. Disponível em <http://www.forumamazoniasustentavel.org.br>

GARRIDO FILHA. Irene Braga de Miguez. Projetos Governamentais para a exploração florestal na Amazônia Brasileira In **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo** p. 5943-5960 (Digital em CD).

LAVILLE, Elisabeth. *L'entreprise verte. Le deveveloppement durable change l'entreprise pour changer le monde*. 2. ed. Paris: Pearson Education France, 2007. 407p

LOPES, J. Sérgio L. A “ambientalização” dos conflitos sociais. In LOPES, J.S.L (COORD.); ANTONAZ, D.; PRADO, R.; SILVA, G. (ORGS). **Ambientalização dos Conflitos Sociais**. Participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia Política/ UFRJ, 2004. p. 17-38.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. In **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan/jun. 2006

- O'DWYER**, Eliane Cantarino e **CARVALHO**, José Paulo Freire. **Extrativismo da madeira na floresta Amazônica: alguns padrões de ocorrência observados a partir de casos inter-relacionados e evidências concretas vividas pelas populações trabalhadoras ribeirinhas do médio Juruá, Estado do Amazonas**. S. Paulo: Pesquisa contratada pelo Greenpeace, 1998. Inédito. [16p].
- OLIVEIRA**, Sônia. *A releitura dos critérios de justiça na região dos Lagos do Rio de Janeiro*. In ACSELRAD, HENRI (ORG.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004b. P. 95-130
- PICOLI**, Fernando. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- REDICLIFT**, Michael R. Os novos discursos de sustentabilidade. In FERNANDES, M.; GUERRA, L (ORGS) **Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável**. 2. Ed. Belém, PA: UNAMAZ, UFPA-NAEA, 2006.
- SANTOS**, Milton. O retorno do território. *SANTOS, M.; SOUZA, M.A; SILVEIRA. M.L. Território*. Globalização e Fragmentação. *São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994. p.15-20*
- SMOUTS**, Marie-Claude. *Forêts tropicales jungle internationale. Les revers d'une écopolitique mondiale*. Paris: Presses de Sciences Po, 2001.
- SOARES**, Ana Paulina Aguiar. Madeira ilegal, trabalho ilegal. Condições de trabalho na indústria madeireira do Amazonas. In: 9. Encuentro de Geógrafos de América Latina., 2003, México. Digital CD: **9o. Encuentro de Geógrafos de América Latina, Mérida, México, abril 22-24,2003**. Universidad Nacional Autónoma de México, 2003. v.1. Versão impressa In **Revista de Geografia da Universidade Federal do Amazonas**. Manaus, AM: UFAM, v.3, p.97 - 125, 2004.
- TARAVELLA**, Romain. **A fronteira pioneira amazônica hoje : projeto socioambiental de conservação florestal contra dinâmica de desmatamento. Uma análise estratégica 2000-2006 da ação coletiva na « Terra do Meio » (Pará, Brasil)**. Tese de doutorado. Paris, 2008.
- VEYRET**, Yvette. *Le développement durable: approches plurielles*. Paris: Hatier, 2005.